

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE DE 2005
(Do Sr. José Carlos Aleluia e Sr. José Carlos Machado)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Integração Nacional sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal de 1988 e nos arts. 24, inc. V e §2º, 115, inc. I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a V. Exa. seja encaminhado ao Ministro da Integração Nacional, Sr. Ciro Gomes, o seguinte pedido de informações sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

- 1) Foi realizado algum acordo, convênio ou contrato entre o Sr. Ministro da Integração Nacional e o Governador do Estado de Pernambuco Jarbas Vasconcelos para a ampliação do Projeto de Integração do Rio São Francisco? Existindo algum acordo, convênio ou contrato qual o teor?
- 2) No projeto original está prevista alguma modificação ou ampliação como a inclusão de mais um eixo ? Em caso afirmativo quais são as modificações ou ampliações? Existe algum limite para essas alterações?
- 3) Para a realização de ampliações ou modificações do projeto não é necessário novo Estudo de Impacto Ambiental, Relatório Impacto Ambiental e conseqüentemente nova licença pelo Ibama ? Em caso da

ampliação do projeto há autorização dos órgãos competentes como o comitê da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e da Agencia Nacional das Águas?

- 4) No trecho que irá percorrer o novo eixo, existe presença indígena ?
- 5) Será necessária para implantação do Eixo Oeste fazer uso de desapropriações? Se necessário qual a área a ser desapropriada?
- 6) Quantos pessoas serão beneficiadas com a criação do novo eixo? A utilização dos recursos hídricos será para uso em irrigação ou para consumo humano e animal?
- 7) Quanto o Ministério da Integração Nacional pretende gastar com a inclusão do chamado eixo oeste? Há previsão orçamentária?

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a divulgação pela imprensa da ampliação do Projeto de Integração do Rio São Francisco, para beneficiar o Estado de Pernambuco faz-se necessário verificar como será realizado, quais efeitos e danos que causará ao meio ambiente e qual a real necessidade para essa ampliação. A questão ganha relevância quando se tem em vista que o Projeto de Integração do Rio São Francisco tem provocado varias críticas e tem sido alvo de varias ações judiciais.

O jornal do Commercio veiculou a seguinte notícia:

“O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes (PSB), já concordou em ampliar o projeto da transposição das águas do São Francisco, beneficiando os interesses econômicos de Pernambuco. A solução encontrada foi a criação de um terceiro trecho, chamado Eixo Oeste, agregando ao traçado original o Canal do Sertão. A obra capta águas na barragem de Sobradinho e expande as áreas de irrigação até Araripina, passando antes por Petrolina.

“depois de muita negociação, encontramos um denominador comum, com a inclusão do Canal do Sertão, que agora está sendo chamado de Eixo oeste. Trata-se de um conjunto de obras de infra-estrutura hídrica bem mais importante e que leva água ate o Araripe”, explica uma fonte do Jornal do Commercio. “Além do terceiro eixo, haverá uma engorda do Eixo Norte, de maneira a levar mais água para o Araripe a partir de Cabrobó, numa

perspectiva mais fértil e generosa com os interesses de Pernambuco. Na prática, de forma complementar ao projeto e sem ferir os interesses do Ceará, o novo eixo multiplicará as possibilidades de arranjos hídricos do Estado".

O projeto de Integração do Rio São Francisco é uma obra de grande vulto, com elevadíssimos investimentos e cujos resultados ainda são passíveis de estudos sobre a sua real viabilidade e benefício. A implementação de mais um eixo no projeto gerará sérias e graves conseqüências ao País e a toda sociedade, pois o poder publico tem a obrigação de preservar o meio ambiente e a legislação que o protege, como também atender ao interesse público.

O presente requerimento de informações observa ao disposto no artigo 116, inciso II, alínea “b” do Regimento Interno da Camara dos Deputados.

Sala das Sessões, em de de 2005,

Deputado José Carlos Aleluia
Líder da Minoria

Deputado José Carlos Machado
PFL/SE